

# A França no século XIX: história, literatura e arte

## Uma contribuição para os estudos em literatura comparada no Brasil

*Dominique M. P. G. Boxus*

*Departamento de Letras/UFS*

### 1 Introdução

O presente artigo<sup>1</sup> é fruto de uma pesquisa situada na intersecção da literatura e da história, e realizada no contexto do curso Literatura Francesa III, no segundo semestre de 2009, na Universidade Federal de Sergipe. Partindo do pressuposto teórico de que a prática literária não pode ser isolada de seu campo de inserção e produção, e que o escritor não vive isolado em nenhuma torre de marfim (Dubois, 1978), orientei os estudantes para que investigassem a história da França do século XIX. Tal estudo é necessário para interpretar as obras e o percurso de autores que, inseridos numa realidade política em completa mutação, deram início à modernidade e revolucionaram o verbo poético. Impossível entender a prática literária da primeira metade do século XX sem relacioná-la com as experimentações estéticas do século anterior, fortemente condicionado pela Revolução de 1789. Foi então que os autores atuaram para uma autonomização do campo da literatura dentro da sociedade e deixaram de servir os príncipes para conquistar uma independência intelectual e artística e também consolidar a liberdade de expressão dos criadores. Por que o exílio de Victor Hugo durante vinte anos? Por que a revolta e as fugas de Arthur Rimbaud? Qual é o sentido da vingança do conde de Monte Cristo no romance de Dumas? Como interpretar a coragem da postura moderna de Charles Baudelaire? Qual relação se pode estabelecer entre a melancolia romântica e o niilismo de autores do século XX como Sartre ou Camus? Ademais, o presente artigo contribui para

---

<sup>1</sup> Este texto foi elaborado com a colaboração frutuosa dos seguintes estudantes e co-autores (DLE- UFS): Fábio Wesley, Joselma Duarte, Leonardo Silva Bandeira, Luciano da Silva Santos, Maria Josiene de Souza, Patrícia Reis dos Santos. Também contamos com a participação da estudante Joilma Santos do Nascimento (DLE-UFS), que contribuiu com algumas informações. Meus agradecimentos a todos eles.

entender as condições históricas que levaram à formalização de uma identidade francesa envolvida com questões humanas e sociais, ou seja, além do âmbito exclusivamente nacional no sentido herderiano: por isso, talvez, a força de sua irradiação internacional, iniciada desde o século XVII e resultado de uma história não só prestigiosa como também digna de admiração.

O percurso histórico-literário apresentado abaixo foi pesquisado em grande parte a partir de obras escritas em francês por pesquisadores franceses (Brélingard et al., 1962; Duby, 2007; Miquel, 1976). São fontes de interpretação primeiras, portanto, essenciais para se entender o campo francês e suas influências no mundo. Faz-se em primeiro lugar uma linha de tempo, na qual são esclarecidas as diversas e conturbadas etapas que levaram à instalação e estabilização dos ideais da Revolução de 1789, a qual não se fez em um dia, mas precisou de um século de lutas e reivindicações sucessivas. A história da França no século XIX é bastante complexa; nesse sentido, o presente estudo espera assumir um papel esclarecedor. Essa linha de tempo é um instrumento de referência útil para pesquisadores envolvidos com o campo francês. Depois da parte histórica são estudadas as letras e as artes. Longe de estarem à margem do curso da história, os escritores e artistas franceses do século XIX tiveram participação e demonstraram posicionamentos ideológicos variados que, direta ou indiretamente, permearam suas concepções estéticas. Por isso, procura-se mostrar, através de exemplos como Chateaubriand, Madame de Staël, David e Taunay, as interações existindo entre os fatos históricos e o processo criativo dos autores e dos artistas daquele tempo. Sem apresentar um caráter acabado, o presente estudo, além de viabilizar um olhar comparatista frutuoso, quer suscitar também pistas para investigações futuras, além de expressar significados na perspectiva dos estudos comparatistas para o lado de cá do oceano, a saber, o Brasil.

## 2 A hora da Revolução Francesa

### 2.1 O dia 9 de julho: a monarquia constitucional

Na França dos anos 1780, os súditos do rei Luís XVI sofrem um período de escassez e fome. Os camponeses estão descontentes. Ao lado desse proletariado rural, o povo da cidade – pequenos artesãos e vendedores – se sente indignado pela estagnação do reino, que passa por graves problemas financeiros. Em Paris, o número de desempregados cresce, o pão falta e muitos morrem de fome e de frio. Quanto à burguesia, todas as vezes que ela tem a oportunidade de se expressar, o faz para criticar o sistema dos privilégios, mesmo que seu desejo secreto seja de obtê-los para si (os grandes burgueses compram títulos e cargos antes reservados à nobreza). Os nobres, que conservam um espírito de fronda,<sup>2</sup> temem que o rei anule os direitos feudais, pois o reforço do absolutismo é contrário aos privilégios, que a política dos ministros esclarecidos do rei combate. Sendo paradoxalmente os menos taxados, os ricos resistem evidentemente à política de austeridade preconizada pelo rei e seus ministros. Luís XVI procura adaptar seu reino às ideias das Luzes e criar uma espécie de despotismo ilustrado. No entanto, ele descontenta todos os setores da sociedade.

---

2 Em francês, uma *fronde* é uma atiradeira, destinada a lançar pedras contra o outro. Na história da França, o movimento chamado Fronda (*Fronde*) veio a designar a reação brutal da nobreza diante da política centralizadora do rei, iniciada no final do século XVI e intensificada na primeira metade do século XVII, dirigida contra Henrique IV, Luís XIII e o cardeal Richelieu, Luís XIV e o cardeal Mazarin. Esse espírito de revolta significou, profundamente, a resistência do sistema feudal frente à imposição do poder monárquico, resumido pela frase famosa de Luís XIV: “O Estado sou Eu”. Os senhores feudais relutavam em abandonar suas liberdades de outrora. De modo geral, o espírito de fronda significava, portanto, a revolta contra o poder real na França do Antigo Regime.

Os ministros do rei, inspirados pela Razão, promovem reformas que entram em choque com os privilégios. Após a luta entre o privilégio e a reforma, o povo entra na ilegalidade e semeia a discórdia. Convocados pela primeira vez desde 1694, os Estados Gerais são reunidos em maio de 1789. Animados e esperançosos, os camponeses e pequenos trabalhadores elegem seus representantes e escrevem suas reivindicações em sessenta mil cadernos de reclamações. Os burgueses querem transformar a monarquia absoluta e preconizam a adoção do voto individual em vez do voto por ordem, ou seja, por estado (o clero, a nobreza e o povo), para aumentar a força de sua representatividade. Além do mais, os efetivos do Terceiro Estado crescem, como retribuição pelo dinheiro emprestado ao governo. O rei, que precisa de fundos financeiros para sair da crise, reúne então os três estados numa assembleia, que ocorre em 20 de maio de 1789. Nesse dia, no entanto, o Terceiro Estado faz um juramento, no salão do *Jeu de paume*,<sup>3</sup> em Versalhes, prometendo não se separar e não tomar decisões até que uma nova Constituição e uma nova Assembleia *Nacional*, ou seja, democraticamente representativa, sejam criadas. O rei é forçado a aceitar. A monarquia francesa se torna constitucional. Uma revolução ocorreu de direito e o sangue não foi derramado.

## 2.2 O dia 14 de julho de 1789: o controle dos girondinos

Para replicar, o rei e a nobreza se unem e, em 10 de julho, afastam o ministro Necker, que simboliza o espírito da reforma. A burguesia mobiliza a opinião e clama: “Eles querem impor o privilégio! Eles querem impedir a revolução pacífica!”. Uma milícia burguesa é organizada: a guarda nacional. O povo se agita, construindo barricadas e procurando armas nos arsenais e outros locais. Em 14 de julho, o forte da Bastilha é sitiado e a cabeça do seu comandante é cortada e exibida em cima de uma lança. A revolução muda então de rumo. Em 17 de julho, a Comuna de Paris (municipalidade) é tomada pelos burgueses, que criam uma nova bandeira: branca (a cor da monarquia), azul e vermelha (cores de Paris). Em 4 de agosto, a Assembleia vota a anulação dos privilégios feudais e, entre 20 e 26 de agosto, proclama os direitos do homem e do cidadão. Os nobres, com medo, se exilam em massa no estrangeiro. Em 5 de outubro, o palácio de Versalhes é atacado por 36.000 pessoas, homens e mulheres, que trazem o rei para Paris. É a queda do Antigo Regime. Os burgueses moderados controlam a situação: eles formam o partido dos girondinos.

## 2.3 A revolução de 1792 e a I República (1792-1795): Danton e o advento dos jacobinos e do Terror

Numa tentativa de fuga para o estrangeiro, o rei é reconhecido na fronteira, em Varennes, e anistiado pelos girondinos, que temem a força popular. O cidadão Danton organiza uma insurreição em 10 de agosto de 1792, invadindo o palácio do Louvre e capturando o rei. O partido dos jacobinos toma a direção do poder executivo: a Convenção substitui a Assembleia Nacional, a I República é proclamada e uma nova Constituição é redigida. É a segunda revolução, de esquerda, cujos atores são vendedores e artesãos, chamados os *sans-culottes* (sem-calças, ou seja, povão, que não usa calças do tipo dos ricos). A Convenção reúne Danton, Robespierre, Marat, o poeta Fabre d'Églantine, o pintor David, entre outros. Um poder ditatorial – a ditadura da virtude – é instituído para salvar a Revolução. De 1793 até 1795, a guilhotina não para de

---

3 Esse salão, criado em Versalhes em 1686 por Luís XIV, era um espaço de esporte: o jogo de *paume* (palma) pode ser considerado como o ancestral do tênis. O rei e as personalidades da corte francesa frequentavam esse salão, que ficou famoso pelo juramento dos membros do Terceiro Estado, em 1789.

funcionar: Luís XVI e Maria-Antonieta são decapitados, e muitos outros, incluindo Danton, que reclamava o fim do Terror, e o próprio Robespierre, cuja morte significa a volta da ordem.

#### 2.4 O Diretório (1795-1799) e o Consulado (1799-1804)

Os burgueses moderados lutam contra duas facções: os anarquistas do povo e a contra-revolução da nobreza, a qual se organiza no estrangeiro e nas províncias da França. Eles pedem a ajuda do exército para restabelecer a paz. Dessa forma, o general Bonaparte salva a República, que se torna militar. Napoleão é muito popular, adulado pelos soldados, prova viva de que o povo pode aceder ao topo da sociedade e do poder. Espalha-se sua fama de herói invencível. Para conter a volta da guerra civil, o Diretório é logo substituído por uma comissão consular, na qual Napoleão ocupa a liderança. Esse regime autoritário centraliza o país, organizado em municípios.

#### 2.5 O Império (1804-1814/1815)

O governo da República se manteve ao longo do Diretório e do Consulado. Com a proclamação do Império, depois de um plebiscito favorável a Napoleão, a República viveu, mas o espírito e os valores da Revolução permanecem. Muitas instituições republicanas são mantidas e outras são criadas, e elas contribuem para configurar uma França moderna (muitas ainda existem até hoje). O código civil de 1804 privilegia a família: patriarcal e machista, ele admite, no entanto, o divórcio. O ensino é favorecido, com a criação de colégios e escolas superiores que privilegiam as matemáticas e as ciências. Trata-se de formar uma elite burguesa moderna mais do que alfabetizar as massas. Uma nova nobreza é criada, imperial, sem privilégios feudais.

A guerra é permanente e Napoleão pretende desmantelar as monarquias europeias. Derrotado na Rússia, o imperador deve abdicar em 1814, exilado na ilha de Elbe. Ele retorna à França em março de 1815, inaugurando o período dos cem dias, até sua derrota definitiva em Waterloo, em 18 de junho de 1815. Deportado para a ilha distante de Santa-Helena, ele morre em 1821. Ele se considerava como filho da Revolução e vítima dos reis. Encarnou o gênio da França.

#### 2.6 A Restauração

O pequeno mundo da Restauração Francesa, retratado nos romances de Dumas, Hugo, Balzac e Stendhal, entre outros, é uma sociedade de castas extremamente fechadas. Esse período da história da França vai de 1814, com a queda do Império de Napoleão Bonaparte, até 1830, com a Revolução de Julho. Tem como principal característica a restauração da monarquia. Dois irmãos de Luís XVI acedem ao poder: Luís XVIII (1814-1824) e Carlos X (1824-1830). Trata-se de uma reação política, social e cultural, dirigida contra os ideais da Revolução e do Império de Napoleão – o *usurpador*. A Restauração substitui a bandeira tricolor, símbolo da Revolução e dos valores republicanos, pela bandeira branca, emblema da monarquia.

Prudente, Luís XVIII outorga ao povo a Carta Constitucional, que dá à burguesia a possibilidade de participar do poder através da Câmara dos Deputados. No entanto, o rei lhe tira esse poder toda vez que isso lhe for conveniente. Ele também resiste à pressão dos Ultras, partido radical a favor da monarquia. Enfrenta a Igreja que, abusivamente, procura restabelecer seu poder. No entanto, os aliados do governo andam confiantes com a aparente racionalidade do regime.

Os Ultras ganham poder e Luís XVIII, desesperado, mal pode conter a força e o crescimento do partido legitimista. O rei faz concessões ao multiplicar as escolas religiosas. Em 16 de setembro de 1824, quando ele morre, a opinião pública tem o sentimento de que a França está esquecida na Europa, e a monarquia, na França.

Uma reconquista se dá quando o novo rei, Carlos X, que passou uma parte de sua vida no estrangeiro como emigrante, quer impressionar o povo e marcar espetacularmente o retorno ao Antigo Regime. Ele trata de tomar algumas medidas que deixam indignada a opinião liberal, como por exemplo, em 1825, a lei que define como sacrilégio digno de pena de morte todo tipo de profanação religiosa. Os Ultras têm o apoio do rei e tentam retomar o controle da sociedade civil. Uma agitação se propaga por todo o país, através de panfletos hostis ao governo de Carlos X.

Quatro ordenanças são impostas pelo governo: amordaçar a imprensa; acabar com a Câmara dos Deputados; modificar a lei eleitoral; fixar a data das próximas eleições. Quando um governante viola a legalidade, diz uma petição nacional, o povo é dispensado de obrigação. Isto anuncia a insurreição, em Paris, dos jornalistas e estudantes, que se espalham pelas ruas e gritam: Viva a Carta! É um movimento popular espontâneo, conhecido como *os três dias gloriosos*, sem nenhuma direção externa: os manifestantes vão à rua e erguem barricadas. Carlos X abdica então diante da revolta popular.

## 2.7 A Monarquia de Julho

A Monarquia de Julho tem seu significado expresso nas revoltas parisienses dos *Três Dias Gloriosos*, ou seja, os dias 26, 27 e 28 de julho de 1830, que têm por consequência a abdicação do rei Carlos X e o fim da Restauração. Esse fato histórico é imortalizado na pintura famosa de Eugène Delacroix: *A Liberdade guiando o povo*; o pintor expressa nitidamente a revolta do povo nas ruas, mobilizado pelas ideias liberais e pedindo o fim do absolutismo. Após uma revisão da Constituição, Luís Filipe I é então proclamado rei da França pela Assembleia Nacional Francesa, em 7 de agosto de 1830, com o apoio da alta burguesia do país.

A Monarquia de Julho representa para a França um novo regime, de aberta inspiração liberal, que acaba com os resquícios da monarquia absoluta. Seu reinado é uma verdadeira monarquia constitucional, sobretudo favorável à burguesia. Inicialmente, seu reino opta por uma política de equilíbrio de interesses, sendo apoiado pela classe endinheirada. O rei cerca-se de ministros liberais, tendo Guizot como ministro da Ordem, e Thiers como ministro do Interior. No entanto, a aparência democrática do novo regime desaparece progressivamente e o regime vai endurecendo, no intuito de reprimir a oposição republicana e o mal-estar crescente das classes operárias. Portanto, de 1830 a 1840, tem de enfrentar várias rebeliões: a dos legitimistas, favoráveis à volta dos Bourbons; a dos republicanos, inclusive os *bonapartistas*, liderados pelo futuro Napoleão III. O governo de Luís Filipe enfrenta a tentativa legitimista da duquesa de Berri, na região da *Vendée*,<sup>4</sup> em 1832, que quer tomar o trono. Também controla uma insurreição em Lyon, e outra em Paris, em 1834: a classe operária é premiada pela vida miserável em que vive, com salários baixíssimos e a falta de garantia moral e material para os trabalhadores, tratados como indigentes. Efetivamente, as condições de trabalho são precárias e a vida dos homens que trabalham nas fábricas não excede aos trinta

---

4 Região do centro-oeste da França, abaixo da Bretanha: o Oeste francês – principalmente a Bretanha e a *Vendée* – ficou famoso pela contra-revolução legitimista, ou seja, a tentativa dos aristocratas, aliados ao clero e aos camponeses, de restabelecer a monarquia absoluta de direito divino, tal como existia no Antigo Regime, e lutar contra os republicanos e contra os monarquistas moderados, ou seja, liberais.

anos. A revolta das sociedades operárias, ou *Sociedades das Famílias*,<sup>5</sup> conta com o apoio de intelectuais como George Sand, que escreve na *Revista Social*,<sup>6</sup> e como Blanqui e Barbès, dois líderes do movimento republicano revolucionário, sensibilizados com a ação social a favor das classes operárias.

Durante 1846 e 1847, o movimento de protesto cresce e ganha o apoio de artistas e escritores como Victor Hugo, Gustave Courbet, Horace Vernet e Honoré Daumier, os quais, em suas obras, se opõem à sociedade do lucro exarcebado convivendo com a miséria humana. As manifestações crescentes exigem uma reforma imediata. Em 1848 acontece a revolução propriamente dita, em Paris.

Entre 1846 e 1848, alguns fatores externos explicam tal insurreição. As colheitas são péssimas, o que aumenta o problema da fome. A indústria entra em crise e chega a uma superprodução, porque o empobrecimento dos camponeses provoca uma queda de consumo. As fabricas param e dispensam seus operários. Salários que já eram pequenos ainda são reduzidos. O preço dos alimentos dispara. As atividades das grandes indústrias e a construção de estradas de ferro são paralisadas. Existe então uma estagnação geral diante da qual o rei e seu governo conservador se tornam sempre mais impopulares. Os ideais republicanos, liberais e socialistas ganham força para criticar a corrupção política e a passividade dos governantes. Luís Filipe vem a ser questionado como rei pela ilegitimidade de seu nascimento, ou seja, de sua árvore genealógica. A crise econômica precipita sua derrota, forçando-o a se refugiar na Inglaterra. A II República é proclamada em 1848.

## 2.8 Da Segunda República ao Segundo Império

Todos conhecem Napoleão Bonaparte e guardam dele uma imagem ou de um grande líder revolucionário ou de um déspota implacável. Seu império durou 10 anos, sendo encerrado em 1815 após sucessivas derrotas contra os russos e os ingleses. O que poucos sabem é que, em 1851, a França teve um segundo imperador, sobrinho do grande Napoleão: Carlos Luís Napoleão Bonaparte, mais conhecido como Napoleão III.

A carreira política de Luís Napoleão Bonaparte é marcada por controvérsias, uma vez que, findo o período da Monarquia de Julho, em 1848, ele é eleito presidente da II República Francesa à custa de uma milionária campanha, com apoio de parentes e através de manobras políticas. Ele se apresenta como defensor dos ideais napoleônicos, inaugurando um período de conquistas sociais, como o sufrágio universal e a abolição da escravatura nas colônias francesas. Apesar dessas e outras conquistas, Luís Napoleão Bonaparte não é sequer citado no livro *Uma breve história do mundo*, um *best-seller* mundial na lista dos livros mais vendidos há mais de um ano no Brasil, e que contém um capítulo sobre a abolição da escravatura no mundo (Blainey, 2009). A França de então carece de uma figura forte para organizar o Estado. Após um plebiscito favorável, Luís Napoleão Bonaparte dá um golpe que o transforma em Napoleão III, o novo Imperador.

Os acontecimentos desse período são descritos por Karl Marx em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* (Marx, 2008). O que se segue é, na verdade, um próspero governo. Napoleão III, como apontado por Marx, é fortemente influenciado pelo tio, e tem como grande objetivo de governo recuperar a hegemonia cultural

---

5 A SDF era uma das muitas associações republicanas secretas que, durante a Monarquia de Julho, militavam junto aos operários, organizando reuniões, passeatas e insurreições. De ideologia jacobina, tais grupos pretendiam salvar os ideais da Revolução.

6 Criada e lançada em 1845 pelo jornalista Pierre Leroux, amigo íntimo da escritora George Sand, a *Revue Sociale* pregava o *socialismo* – um neologismo criado por Leroux. Seduzida pelas idéias do amigo, Sand escreveu romances voltados para o povo simples, principalmente aquele do campo. Em sua literatura, tratava-se de um socialismo campestre. A *Revista Social* costumava mencionar a produção literária da autora.

e política da França na Europa. Encoraja uma política de expansão e de intervenção ultramar, reforçando a presença francesa no Senegal e na Argélia. Assume papel importante na diplomacia europeia. Napoleão III também incentiva a educação das mulheres, assinando diplomas, abrindo portas das universidades para as moças e inaugurando colégios para o sexo feminino.

Napoleão III reina durante vinte anos, sendo derrotado, em 1870, por causa da guerra franco-prussiana (1870-1871), liderada por Otto Von Bismarck. Seu governo enfraquece então e vem a ser sucedido por um governo provisório, mais tarde consolidado como a III República francesa.

## 2.9 A III República e a Comuna de Paris

A III República Francesa se deu quase que por acaso. Após a derrota e a captura de Napoleão III em Sedan pelo exército prussiano, a III República é logo proclamada em Paris para a formação da Defesa Nacional, no intuito de conter a invasão dos prussianos. Porém, devido às grandes dívidas deixadas pelo regime de Napoleão III, o governo da Defesa Nacional não consegue segurar tal invasão, que toma conta de Paris. Logo em seguida, um armistício é assinado e o governo francês pode realizar as eleições da Assembleia Nacional em fevereiro de 1871. Essa Assembleia, formada por uma maioria monarquista, é criada para promover o acordo de paz com os prussianos. Portanto, o governo da Defesa Nacional pode ser destituído e, em 17 de fevereiro de 1871, Adolphe Thiers é designado pela Assembleia para o cargo de chefe do poder executivo, ou seja, o cargo de presidente da III República Francesa.

Em 1º de março do mesmo ano é realizado o acordo de paz com a Prússia, no qual a França se submete a uma paz humilhante que fere o patriotismo e o orgulho de muitos franceses. É cedida à Prússia a região da Alsácia-Lorena, bem como é paga uma pesada indenização de guerra do valor de cinco bilhões de francos. O Tratado de Frankfurt desencadeia diversos movimentos populares, entre os quais o mais conhecido é a Comuna de Paris, que obriga Thiers e os membros da Assembleia a se refugiarem em Versalhes.

A Comuna de Paris é um movimento organizado pelas camadas populares de Paris, adversário do acordo humilhante feito pelo governo francês. Os chamados *communards*, aproveitando que Paris está sem governo, tomam os palácios públicos e constroem barricadas ao redor. Sob a influência do socialismo de Marx e Engels, os revoltados introduzem em poucas semanas mais reformas do que todos os governos da França nos dois séculos anteriores. Em Versalhes, Thiers busca o apoio de Bismarck, que cede tropas para acabar com a revolução civil. Setenta e dois dias depois do início da insurreição, Thiers e os soldados alemães entram em Paris e promovem um massacre entre os revoltosos desprovidos de uma organização militar eficiente. Em uma semana, cerca de vinte mil pessoas são assassinadas: é a chamada *Semana Sangrenta*. Posteriormente, aproximadamente setenta mil pessoas são exiladas, principalmente para a Guiana Francesa.

Após a repressão da Comuna, Thiers sabe que o partido monarquista, em maioria na Assembleia, pode tirá-lo do poder. Nesse partido, existem duas facções opostas em relação ao pretendente ao trono. O conde de Chambord é o pretendente da família dos Bourbon; o conde de Paris é o pretendente da família dos Orléans. Os primeiros, legitimistas, desejam uma monarquia igual à do Antigo Regime, com a volta da bandeira branca. Os orleanistas defendem uma monarquia em que cabe ao parlamento tomar as decisões. Esse impasse do partido monarquista favorece a permanência de Thiers na liderança política, mesmo sendo acusado de autoritarismo.

Durante seu governo, ele organiza o sistema financeiro, consegue um empréstimo para pagar uma parte da dívida contratada com a Prússia, o que leva as tropas prussianas a deixarem Paris em setembro de 1873, após acordo. No final do mesmo ano, Mac-Mahon, legitimista e favorável à restauração da monarquia, aceita a presidência da República depois de sua vitória nas eleições. Thiers se retira. Depois de uma efêmera fusão dos monarquistas, suas divergências continuam e esgotam definitivamente as chan-

ces de uma restauração da monarquia na França. Entre 1873 e 1875, uma nova Constituição é elaborada. Os republicanos ganham sempre mais espaço e Mac-Mahon resolve pedir demissão. A República é instaurada de uma vez por todas.

### 3 Artes e política no século XIX: o neoclassicismo como representação do Estado e da nação e suas influências no Brasil

“As revoluções não inventam imediatamente a linguagem artística que corresponde à nova ordem política. Por longo tempo ainda usam-se de formas herdadas, no momento mesmo em que se deseja proclamar a decadência do mundo antigo” (Starobinski apud Schwarcz, 2008, p. 93). No final do século XVIII, na França, as artes plásticas são fortemente ligadas à política. A Revolução Francesa é o estopim para que diversos artistas coloquem claramente seus talentos e suas telas neoclássicas a serviço da nova política. O movimento neoclássico francês tem como principal fonte de inspiração as supostas virtudes da antiga república romana.

As relações entre a arte e a política trazem benefícios para os dois lados. Certos artistas começam a ter mais valor. Tal é o caso do pintor Jacques-Louis David (1748-1825), considerado um dos mais importantes artistas do movimento neoclássico francês, chegando a ser o pintor pessoal e predileto de Napoleão. Suas obras podem ser classificadas em três fases. A primeira, pré-revolucionária, usa o neoclassicismo para criticar a monarquia. Isso aparece na tela *Belisário* (1781), na qual um soldado, ao reconhecer um antigo general decaído, se mostra sensibilizado por sua condição miserável; antes dos acontecimentos de 1789, o senso da justiça social transparece aqui. A segunda fase, revolucionária, deixa de lado a magia neoclássica para explorar o momento real em que a França se encontra. Na tela *A morte de Marat* (1793), David retrata o assassinato do amigo e deputado jacobino. Os revolucionários saem com a tela pelas ruas de Paris, em cortejo fúnebre, dando um caráter quase religioso à obra. O terceiro momento pertence ao período napoleônico, em que as obras de David narram e enaltecem os fatos das conquistas de Bonaparte: telas como *A consagração do Imperador Napoleão I* (1806-7) e *Distribuição das águias* (1808-10) servem de instrumento de propaganda imperial. Trata-se de arte de encômio.

Jacques-Louis David é um dos maiores representantes das artes plásticas de sua época. Ele transcende as diversas fases da política com bastante talento. Depois da queda de Napoleão e com a volta dos Bourbon ao poder, David recebe a autorização de permanecer na França como pintor oficial do novo governo; no entanto, ele nega e escolhe o exílio em Bruxelas.

Seus discípulos e seguidores, também bonapartistas, temem as consequências da mudança de regime. Existe o perigo de uma retaliação política por parte dos novos dirigentes. Um grupo de artistas resolve fugir para o Brasil e oferecer seus serviços à corte portuguesa exilada nos trópicos. Paradoxalmente, os bonapartistas franceses pedem asilo aos inimigos de Napoleão. Mais do que uma *missão*, trata-se de um pedido de amparo e de auxílio a D. João VI. Os autoexilados franceses chegam ao Rio de Janeiro em 1816. Entre eles, encontram-se Joachim Lebreton – o líder do grupo –, Jean Baptiste Debret e Nicolas-Antoine Taunay. Eles querem criar uma Escola de Belas-Artes, mas o projeto demora antes de ganhar realidade. Ao não ser tão estimada quanto se esperava, a pequena colônia de artistas se dispersa. A Academia Real de Artes nasce em 1820 e o cargo de diretor é confiado a um pintor português, Henrique José da Silva. Humilhados, os franceses trabalham como simples professores de pintura e recebem uma pensão anual não muito grande. Vítima desse clima de “galofobia”, Taunay se refugia na solidão da floresta da Tijuca, para pintar paisagens, verdadeiros cartões postais da cidade e do país. A crítica artística de hoje sublinha a dificuldade de Taunay em encontrar cores adequadas para representar o verde dos campos, o azul do céu e os traços dos escravos: essas realidades não pertencem ao seu universo mental europeu. Involuntariamente, e movido pela melancolia do deslocamento geográfico, Taunay é, no entanto, um importante retra-

tista do Brasil, ao qual ele dá valor, visibilidade e existência. Uma outra contribuição é dada por Debret, que pinta os grandes feitos do reino português no Brasil – como a coroação de D. João VI e a chegada da princesa Leopoldina –, cria cenários para as cerimônias da corte, retrata os diversos tipos humanos do Brasil da época. Muitas vezes, seus trabalhos repetem a moda francesa da Antiguidade Clássica.

#### 4 Os ecos da Revolução na literatura francesa: o mal-do-século

A Revolução faz sentir seus ecos na expressão da *alma do tempo* (Le Breton, 1901, p. 1-13). Atormentados, os escritores do início do século XIX derramam incessantemente sua subjetividade ferida, que se caracteriza por uma doença da sensibilidade e da vontade. Esses corações dispostos a se queixarem vêm a humanidade moderna como uma humanidade envelhecida. No término de quarenta séculos de civilização, o fim das certezas cristãs e filosóficas provoca a desorientação e o individualismo. O homem tem demonstrado sua capacidade de romper o pacto social para reivindicar o reconhecimento de seus direitos e desconhece toda autoridade. O isolamento psíquico dos autores traz a melancolia.

Em 1801-1802, Chateaubriand (1768-1848) publica sucessivamente os dois romances *Atala* e *René*. Neles, o niilismo contamina até as paisagens grandiosas da América: o exotismo se torna uma forma refinada de melancolia moderna em que a viagem para lugares distantes perde sua razão de ser, onde o Paraíso é visto como uma quimera porque a beleza gigantesca do mundo sublinha a finitude humana (Le Breton, 1901, p. 150-73 e 235-54; Decote & Dubosclard, 1991). Em 1804, Étienne de Senancour (1770-1846) publica *Obermann*, coletânea de cartas fictícias de um jovem suicida que não espera nada da vida a não ser o vazio; distancia-se da realidade; isola-se em um barco iluminado por uma luz artificial; experimenta cores e perfumes como o fará o autor decadentista do final do século, Karl Joris Huysmans (1848-1907); vive num sonho para fugir do tédio e da miséria dos homens. “Existe o infinito entre o que sou e o que preciso ser”, pensa o protagonista do romance (Le Breton, 1901, p. 174-94). Mais tarde, simbolistas como Baudelaire e Rimbaud retomarão o niilismo presente na obra desses dois poetas-romancistas melancólicos do início do século. Toda a modernidade do século XX – Sartre, Beckett, Camus, Ionesco – está presente aqui.

Antes de Chateaubriand e Senancour, em 1790, André Chénier (1762-1794) se engaja na Revolução. Adversário da tirania jacobina, ele colabora para a defesa do rei Luís XVI. Será morto por isso, em 1794, com 31 anos, pela guilhotina. Admirado pelos poetas românticos, ele preconiza uma poesia sincera e espontânea, quer regenerar a língua, como Rousseau: “A arte faz apenas versos; somente o coração é poeta”. Os temas desenvolvidos por ele remetem à beleza perdida e ao ideal fracassado pela morte ameaçadora, com uma propensão para a mitologia grega e os quadros mediterrâneos. Suas formas são neoclássicas (Lagarde & Michard, 1985).

##### 4.1 A figura de Madame de Staël (1766-1817)

Anne Louise Germaine Necker, baronesa de Staël Holstein, nasce em Paris dentro de uma família calvinista e muito rica. Ela é filha de Jacques Necker, ministro das finanças nomeado pelo rei Luís XVI, e de Suzanne Curchod, uma inteligente escritora e ensaísta que exerce fundamental importância para a sociedade francesa do século XIX.

Madame de Staël, desde a mais tenra idade, demonstra interesse pela política, pela filosofia, pela arte e pela literatura. Seu caráter revolucionário faz com que ela se engaje na luta dos pensadores iluministas de sua época contra a influência da Igreja. Ela professa a desapropriação das terras pertencentes ao clero,

a abolição dos privilégios eclesiásticos e a separação entre religião e Estado. Sua visão política considera a República como uma forma de governo adequada apenas para os pequenos países, as grandes Nações devendo formar monarquias constitucionais.

Os ideais liberais e revolucionários de Madame de Staël lhe causam diversas perseguições, principalmente por parte de Napoleão, que vê na inteligente escritora uma ameaça contra seu governo. Por conta disso, em 1803, ele a condena ao exílio.

Em relação à literatura, a escritora defende, em sua obra intitulada *Da literatura considerada em suas relações com as instituições* (1800), que uma obra literária deve refletir a moral e a realidade históricas do país em que é escrita. É uma prefiguração das teorias de Auguste Taine, que preconizará a mútua influência da raça, do meio e do momento. Em outro importante ensaio intitulado *Da Alemanha* (1810), ela usa o exemplo do romantismo alemão e preconiza uma arte francesa liberada da moda neoclássica e voltada para o solo nacional. Essa arte é chamada de *romântica*, a única suscetível de modernidade e crescimento, e digna de despertar o interesse das diversas camadas da população: “ela expressa nossa religião; lembra nossa história; sua origem é distante, mas não antiga”.

O caráter feminista da escritora é evidenciado em duas obras, *Delphine* (1802) e *Corinne* (1807). A primeira denuncia o sofrimento ao qual estão condenadas as mulheres, devido à sua condição subordinada na família e na sociedade. *Delphine* também aborda questões políticas e sociais como o liberalismo político, a superioridade do protestantismo e o divórcio. A segunda obra defende a superioridade intelectual da mulher. De modo amplo, o livro cuida de questões ousadas no campo da política, da filosofia, da literatura, das artes e da religião. As duas obras servem como verdadeiras armas a favor da mulher que, no século XIX, é vítima de uma sociedade machista e preconceituosa (Le Breton, 1901, p. 114-49; Balayé, 1979).

Com base nos elementos citados acima, percebe-se que Madame de Staël contribuiu significativamente para uma *revolução* comportamental e ideológica na sociedade francesa do século XIX.

### Referências bibliográficas

- BALAYÉ, Simone. *Madame de Staël: lumières et liberté*. Paris: Klincksieck, 1979.
- BLAINEY, Geoffrey. *Uma breve história do mundo*. São Paulo: Fundamento, 2009.
- BRÉLINGARD Désiré; LOHRER, Robert; MAZOYER, Louis. *Histoire: l'ère des révolutions*. Paris: Hachette, 1962.
- DECOTE, Georges; DUBOSCLARD, Joël. *Histoire de la littérature française au XIX siècle*. Paris: Hatier, 1991.
- DUBOIS, Jacques. *L'Institution de la littérature*. Bruxelles: Labor, 1978.
- DUBY, Georges. *Histoire de la France: des origines à nos jours*. Paris: Larousse, 2007.
- LAGARDE, André; MICHARD, Laurent. *Les grands auteurs français du programme: XVIII<sup>e</sup> Siècle*. Paris: Bordas, 1985, v. 4.
- LE BRETON, André. *Le roman français au dix-neuvième siècle*. Paris: Société Française d'Imprimerie et de Librairie, 1901.
- MARX, Karl. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Martin Claret, 2008.
- MIQUEL, Pierre. *Histoire de la France*. Paris: Arthème Fayard, 1976. (Col. Marabout).
- SHWARCZ, Lilia Moritz. *O sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de D. João*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.